

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.922 - MA (2019/0300344-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : GEANA RIBEIRO FERNANDES
ADVOGADO : GEANA RIBEIRO FERNANDES - MA005159
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO
PACIENTE : ROGERIO FURTADO DE SOUSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de ROGÉRIO FURTADO DE SOUSA contra acórdão proferido pela Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, no julgamento da Apelação Criminal n. 0002525-80.1992.8.10.0001.

O paciente foi inicialmente condenado a 28 (vinte e oito) anos e 15 (quinze) dias de reclusão, em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 121, § 2º, inciso I e IV, do Código Penal. A sentença condenatória foi parcialmente reformada, reduzindo a pena para 21 (vinte e um) anos de reclusão, mantidos os demais termos da decisão proferida pelo magistrado de primeiro grau. O acórdão também determinou a expedição de mandado de prisão em desfavor dos apelantes, dentre os quais o ora paciente.

Nesta impetração, a defesa aponta a ocorrência de diversos vícios capazes de anular a sentença condenatória. Além disso, alega vício no cálculo da sanção. Argumenta, ainda, que a punibilidade foi extinta em razão do decurso do prazo prescricional.

Diante disso, requer, liminarmente, a suspensão da ordem de prisão até o julgamento dos embargos de declaração, e, no mérito, a reforma do acórdão condenatório.

É o relatório. **Decido.**

A liminar em *habeas corpus*, não possui previsão legal,

Superior Tribunal de Justiça

tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto na impetração.

Quanto à possibilidade de execução provisória da pena, não se desconhece a importância da tese analisada na Rcl. n. 27.011, amparada no precedente contido no HC n. 118.770, da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, adotado na decisão de primeiro grau para dar suporte à determinação da prisão do paciente e o imediato início da execução da pena imposta.

Todavia, observo que os votos dos ilustres componentes do referido colegiado não acompanharam, expressamente, a tese jurídica sustentada pelo eminente Relator para o acórdão, Min. Luís Roberto Barroso (*A prisão de réu condenado por decisão do Tribunal do Júri, ainda que sujeita a recurso, não viola o princípio constitucional da presunção de inocência ou não-culpabilidade*).

O Relator, Ministro Marco Aurélio, vencido, concedeu a ordem, por não vislumbrar, na hipótese, o preenchimento dos requisitos dos arts. 312 e 313 do CPP. A Ministra Rosa Weber não vislumbrou excesso de prazo posterior à sentença condenatória. Já o Ministro Luiz Fux registrou, textualmente, que não conhecia do *habeas corpus*, porque era substitutivo de recurso ordinário, observando a jurisprudência do STF. A conclusão do julgado foi **em não admitir a impetração** e revogar a liminar.

Não há notícia, aliás, de qualquer precedente da Segunda Turma e/ou do Plenário do STF que proclamem a diretriz acima transcrita, apesar do brilhantismo da tese sustentada pelo digno Ministro Luís Roberto Barroso, exemplo acadêmico e de magistrado brasileiro.

Na verdade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 17/2/2016, ao julgar o HC n. 126.292/SP, entendeu que o início da execução da pena condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência. Partiu a Corte do entendimento de que a execução provisória da pena decorre do

Superior Tribunal de Justiça

esgotamento das instâncias ordinárias.

O aresto ficou assim ementado:

CONSTITUCIONAL. HABEAS CORPUS. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA (CF, ART. 5º, LVII). SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA CONFIRMADA POR TRIBUNAL DE SEGUNDO GRAU DE JURISDIÇÃO. EXECUÇÃO PROVISÓRIA. POSSIBILIDADE.

1. A execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau de apelação, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII da Constituição Federal.

2. Habeas corpus denegado. (HC n. 126.292/SP, Rel. Ministro TEORI ZAVASCKI, DJe 17/5/2016).

Dessa forma, a partir de fevereiro/2016, o guardião da Constituição Federal esclarece (determinando) que a segregação do cidadão, após o exaurimento da jurisdição das instâncias ordinárias, independe do preenchimento dos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal. Para o Relator do caso julgado pelo Supremo Tribunal Federal, o saudoso Ministro Teori Zavascki, a manutenção da sentença pelo Tribunal revisor encerra a análise probatória, ficando autorizada, a partir de então, a execução da pena.

Apesar de eventuais recursos especial e extraordinário não serem dotados de efeito suspensivo, na espécie, a jurisdição das instâncias ordinárias, soberana na apreciação das provas, como visto, ainda não teria se encerrado, sequer foi julgado eventual recurso de apelação.

Não se esqueça, por oportuno, que, mesmo na esfera do Júri, o Tribunal de apelação pode proclamar que a decisão soberana é manifestamente contrária às provas do autos.

A propósito:

HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO ORIGINÁRIA. SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO ORDINÁRIO CABÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. TENTATIVA DE HOMICÍDIO DUPLAMENTE QUALIFICADO. TRIBUNAL DO JÚRI.

Superior Tribunal de Justiça

CONDENAÇÃO. ALEGADA AUSÊNCIA DE AUTORIA. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INVIABILIDADE DE EXAME NA VIA ELEITA. PRISÃO DETERMINADA NA SENTENÇA CONDENATÓRIA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. TEMA NÃO ANALISADO PELO TRIBUNAL A QUO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE DA SEGREGAÇÃO CONFIGURADA. ATUAÇÃO EX OFFICIO DESTE SODALÍCIO. NECESSIDADE. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. 1. O Supremo Tribunal Federal passou a não mais admitir o manejo do habeas corpus originário em substituição ao recurso cabível, entendimento que foi aqui adotado, ressalvados os casos de flagrante ilegalidade, quando a ordem poderá ser concedida de ofício.

2. A análise acerca da autoria do delito é questão que não pode ser dirimida em habeas corpus, por demandar o reexame aprofundado das provas, vedado na via sumária eleita. 3. Não há como examinar o alegado constrangimento ilegal decorrente da determinação da segregação do paciente, já que o Tribunal de origem não examinou a matéria sob o enfoque abordado pelo Juiz sentenciante (inovação recursal) no acórdão impugnado, configurando-se eventual atuação deste Sodalício em indevida supressão de instância, dada sua incompetência para tanto. 4. No caso, o Magistrado presidente do Tribunal do Júri, ao proferir a sentença condenatória, determinou a imediata execução provisória da pena, fundada em precedentes do Supremo Tribunal Federal. O Tribunal de origem, em sede de habeas corpus, não examinou os fundamentos da decisão ali combatida, mas, inovando, entendeu presentes os requisitos da segregação cautelar, mantendo-a. 5. É vedado ao Tribunal de origem, verificando a carência de fundamentação do decisum unitário, suprir-lhe a motivação para além dos termos postos pelo Magistrado de primeira instância, com a finalidade de legitimar a medida segregação do paciente.

6. A jurisprudência da Suprema Corte caminha no sentido de que, como corolário do esgotamento das instâncias ordinárias e da ausência de efeito suspensivo aos recursos extraordinários, a determinação para o início da execução da reprimenda imposta ao condenado passa a prescindir de qualquer motivação pautada nos requisitos do art. 312 do Código de Processo Penal, que disciplina a medida cautelar mais gravosa do ordenamento jurídico, e não se confunde com a estabilização da pretensão punitiva exercida em respeito ao devido processo legal, não havendo coação ilegal a ser sanada neste ponto.

7. O Supremo Tribunal Federal, acompanhado por esta Corte Superior de Justiça, firmou o entendimento de que é possível a

execução provisória da pena, não havendo que se falar, nessa hipótese, em ofensa ao princípio da presunção de inocência, desde que tenha ocorrido o exaurimento das instâncias ordinárias, ainda que sujeito a recursos de natureza extraordinária.

8. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para cassar o acórdão impugnado, bem como a decisão que determinou a execução provisória da pena antes do exaurimento da instância recursal ordinária. (HC 441.590/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, julgado em 23/5/2018, DJe 29/5/2018).

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. CONDENAÇÃO PELO TRIBUNAL DO JÚRI. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. NÃO EXAURIMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. AUSÊNCIA DE DECISÃO DECRETANDO A SEGREGAÇÃO CAUTELAR. PRISÃO ILEGAL. RECURSO PROVIDO.

1. Caso em que o recorrente, após responder ao processo em liberdade, foi condenado no dia 19/10/2017 pelo Tribunal do Júri à pena de 13 anos de reclusão. Na mesma oportunidade, o juiz-presidente acolheu o pedido ministerial formulado com base no acórdão da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, proferido no julgamento do HC 118.770/SP, e deferiu a imediata execução provisória da pena. Acontece que a conclusão majoritária do referido julgado foi no sentido de não admitir a impetração, sem comprometimento com a respeitável tese esboçada na ementa do digno Redator para o acórdão. Não há notícia, aliás, de qualquer precedente da Segunda Turma ou do Pleno do STF que proclame a execução provisória da pena antes do exame da sentença condenatória pelo Tribunal de apelação, como entendeu o acórdão impugnado.

2. Na verdade, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, na sessão do dia 17/2/2016, ao julgar o HC n. 126.292/SP, entendeu que o início da execução da pena condenatória após a confirmação da sentença em segundo grau não ofende o princípio constitucional da presunção de inocência. Submetida a questão à sistemática da repercussão geral, o Pleno do Pretório Excelso reafirmou sua jurisprudência no sentido de que "a execução provisória de acórdão penal condenatório proferido em grau recursal, ainda que sujeito a recurso especial ou extraordinário, não compromete o princípio constitucional da presunção de inocência afirmado pelo artigo 5º, inciso LVII, da Constituição Federal" (ARE n. 964.246/SP, Tribunal Pleno, Rel. Min.

Superior Tribunal de Justiça

Teori Zavascki, DJe de 25/11/16).

3. Na espécie, é prematuro antecipar a execução da pena antes de se submeter o édito condenatório do Tribunal do Júri ao controle revisional da Corte de apelação, com a efetiva estabilização da discussão sobre a matéria fática. Precedentes.

4. Em suma, a execução provisória da pena, in casu, foi determinada pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri em face do veredicto popular, antes mesmo da interposição do recurso de apelação cabível para a instância ad quem, o que configura manifesta ilegalidade, passível de correção de ofício por esta Corte Superior de Justiça (RHC 84.406/RJ, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 12/12/2017, DJe 01/02/2018).

5. De qualquer modo, tanto a doutrina quanto a jurisprudência, salvo pontuais divergências, sempre entenderem que a decisão do Tribunal do Júri não é imediatamente exequível. A soberania dos veredictos não é absoluta e convive em harmonia com o sistema recursal desenhado pela Lei Adjetiva Penal. O fato de a Corte revisora, no julgamento de apelação contra decisão do Tribunal do Júri, não estar legitimado a efetuar o juízo rescisório, não provoca a execução imediata da sentença condenatória, pois permanece incólume a sua competência para efetuar o juízo rescindente e determinar, se for o caso, um novo julgamento, com reexame de fatos e provas.

6. Recurso ordinário em habeas corpus provido para suspender o processo de execução provisória da pena até o exaurimento dos recursos sujeitos a julgamento pelo Tribunal estadual, assegurando ao recorrente o direito à liberdade, mediante medidas cautelares a serem estabelecidas pelo Juízo de primeiro grau, se necessárias, salvo se estiver preso cautelarmente por outro motivo. (RHC 92.108/RS, de minha Relatoria, Quinta Turma, julgado em 6/3/2018, DJe 14/3/2018).

Quanto aos demais pedidos, verifica-se que o exame do pleito liminar se imbrica com o próprio mérito do recurso, sendo certo que, ao menos em sede de cognição sumária e perfunctória, não vislumbro nenhuma manifesta ilegalidade, além da mencionada acima, apta a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Ante o exposto, **defiro** a liminar apenas para suspender o

Superior Tribunal de Justiça

processo de execução provisória da pena e assegurar ao paciente o direito de aguardar em liberdade o julgamento dos embargos de declaração.

Suficientemente instruído o feito, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal para emissão de parecer.

Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

